



**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CARIACICA
GESTÃO 2022/2026**

Dados da reunião			
Local Sala de Reunião do IPC		Data 12/03/2025	Horário 08h45min
Participantes			
Diretora – Presidente do IPC		Juliana de Lima Silva Rodrigues	
Conselheiros Titulares		Conselheiros Suplentes	
Priscilla Gracielli do Rosário	P	Brunella Batisti Barcelos	
Bianca dos Santos Rangel Olindino	P	Fernando Santos Macarineli	
Jonas Ferreira Campos	P	Marco Antonio Igídio	
Jhawa Memelli de Moura	P	Sabrina Nascimento Dantas Miranda	
Paulo Cezar Peixoto		Maria Rosalina Ribeiro	
Menderson Rezende de Moura	P	Rogério Cipriano Moreira	





Danuza Matos Ribeiro	P	Maria Odete Marchesi Groberio	
Patrícia Luiza Sampaio Miguel	P	Charles Muniz Pereira	
Convidados			
Kamila Délis da Silva	P		
Matheus Crisóstomo - LEMA	P		
Objetivo			
Reunião Ordinária para tratar e deliberar sobre o seguinte assunto: • Aprovação da ata anterior; • Apresentação do relatório de acompanhamento da execução da política de investimentos de 2024.			
Encaminhamentos da reunião			
3º Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do IPC na data de 12 de março de 2025, na sala de reunião do IPC, sob a direção da conselheira Bianca dos Santos Rangel Olindino em substituição da Presidente do Conselho Administrativo Juliana de Lima Silva Rodrigues, conforme Art. 13 do Regimento Interno. Presentes à reunião os conselheiros, Jhawa Memelli de Moura, Priscilla Gracielli do Rosário, Danuza Matos Ribeiro, Menderson Rezende de Moura, Bianca dos Santos Rangel Olindino, Patrícia Luiza Sampaio Miguel e Jonas Ferreira Campos.			





Iniciada a reunião às 08h45min pela conselheira do IPC, constatado o quórum, abriu-se os trabalhos dando boas vindas agradecendo a presença de todos. A conselheira Bianca convidou a servidora Kamila Délis da Silva para a relatoria da reunião, perguntando aos Conselheiros se havia alguma objeção à indicação. Não havendo objeção, ato contínuo, apresentou a pauta a ser analisada: Aprovação da ata anterior; Apresentação do relatório de acompanhamento da execução da política de investimentos de 2024.

Considerando a pauta apresentada, passou-se à discussão dos assuntos do dia:

- **Aprovação da Ata Anterior:** A Ata foi devidamente enviada e não havendo manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade.
- **Apresentação do relatório de acompanhamento da execução da política de investimentos de 2024:** Em cumprimento das disposições estabelecidas no §3º do artigo 101 da Portaria MTP nº 1.467, de 2022, a diretora presidente do IPC convidou o Sr. Matheus Crisóstomo da empresa LEMA para está apresentando ao conselho administrativo o relatório de acompanhamento de execução da política de investimento de 2024. A conselheira Bianca, recepcionou o convidado que através de vídeo conferência iniciou a apresentação. O Sr. Matheus trouxe uma análise detalhada dos aspectos relevantes exigidos pela normativa, assegurando a conformidade com os critérios legais e regulatórios aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência. Os dados apresentados no relatório foram extraídos do sistema Uno, plataforma de gestão de investimentos desenvolvida e disponibilizada pela LEMA para o IPC. O uso desse





sistema visa assegurar maior precisão, confiabilidade rastreabilidade das informações, permitindo uma análise mais embasada.

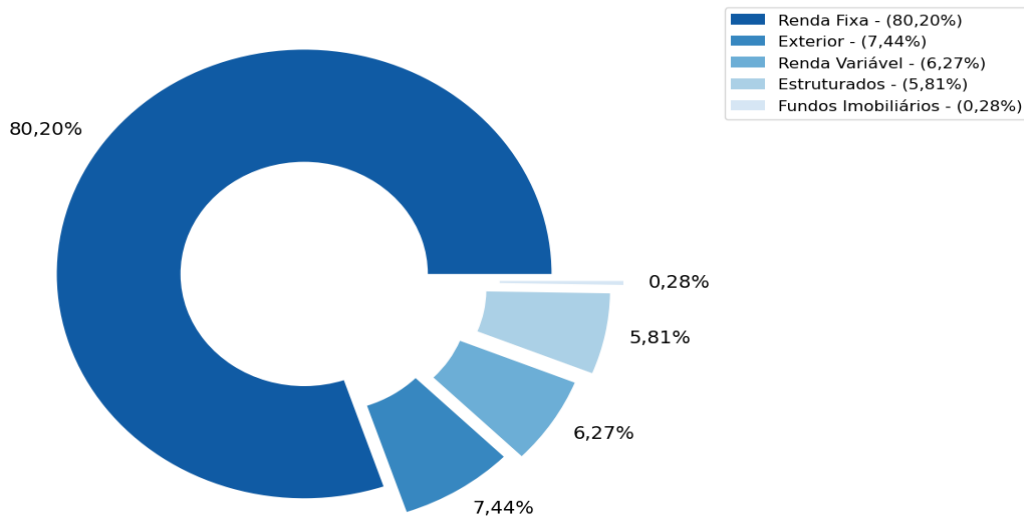
De acordo com Matheus, o IPC concluiu o ano de 2024 com um desempenho sólido na gestão dos seus investimentos, reforçando seu compromisso com a segurança e sustentabilidade dos recursos previdenciários. Apesar dos desafios enfrentados ao longo do período, os ajustes estratégicos e a diversificação da carteira garantiram um crescimento patrimonial significativo e uma administração eficiente dos ativos.

A carteira de investimentos manteve-se predominantemente conservadora, com 80,2% alocados em renda fixa, priorizando previsibilidade e segurança. Houve uma leve redução na exposição a renda variável (6,27%) e investimentos no exterior (7,44%), refletindo um ajuste no perfil de risco do portfólio. Essa abordagem permitiu mitigar impactos da volatilidade do mercado, mantendo a estabilidade do fundo.





DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA



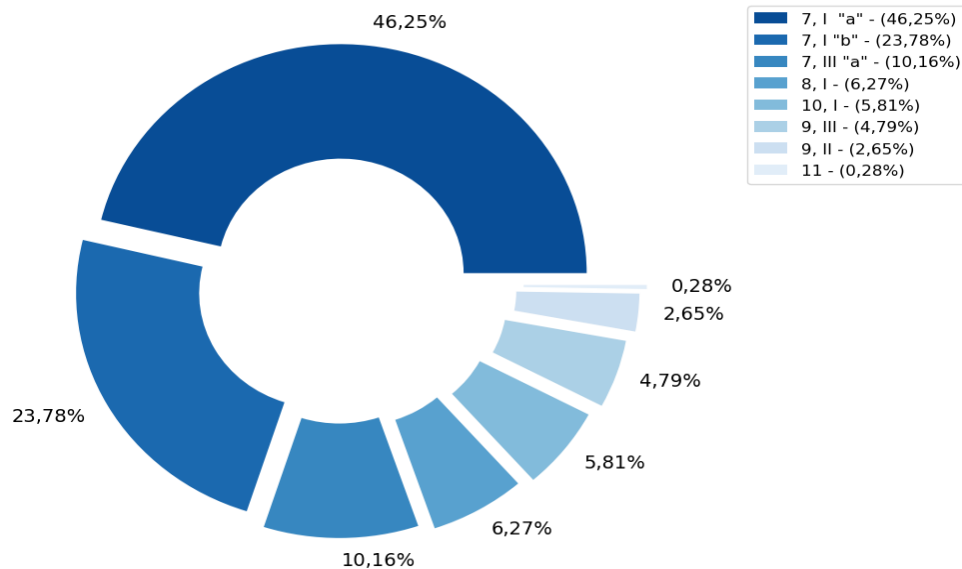
Verificando a tabela apresentada, o Conselheiro Menderson questionou sobre a queda na renda variável ao longo do ano de 2024 de 9,27% para 6,27% em dezembro de 2024, se não seria mais seguro alocar esses investimentos em fundos mais conservadores. Matheus explicou que não se tratava de déficit, e sim de uma diluição do patrimônio por não receber mais recursos.

Os investimentos seguiram enquadrados dentro dos limites normativos, com destaque para a ampliação da alocação em títulos públicos (46,25%), o que contribuiu para maior previsibilidade de retorno. O segmento de fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I, alínea "b" teve leve redução, enquanto os investimentos classificados no artigo 9º, inciso III (4,79%) cresceram, indicando a evolução dos mercados os quais esses fundos se expõem.





ENQUADRAMENTO

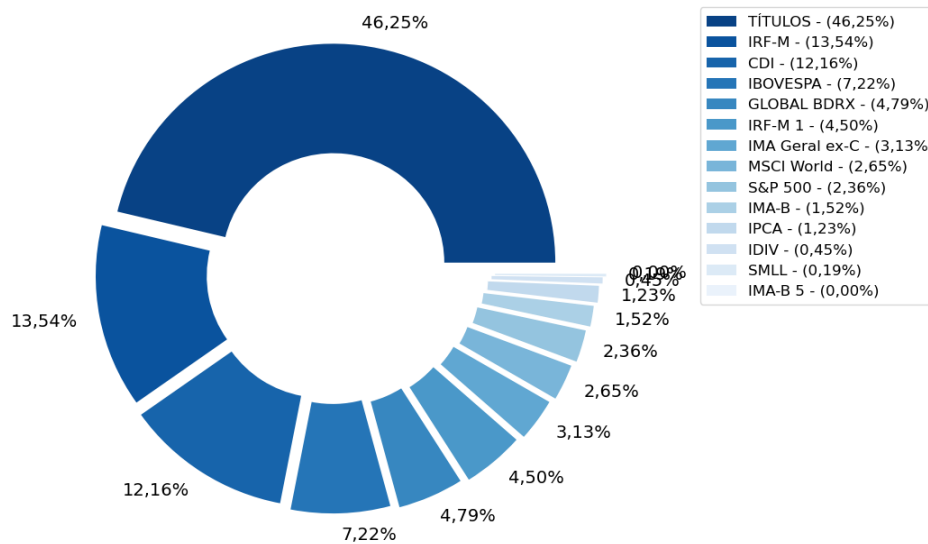


Matheus ressaltou que em todos os períodos do ano passado a carteira do IPC se manteve enquadrada ao limite da resolução. O quadro acima representa tanto a distribuição quanto o enquadramento, não descumprindo nenhuma norma da resolução vigente que rege os investimentos dos RPPS.





BENCHMARK

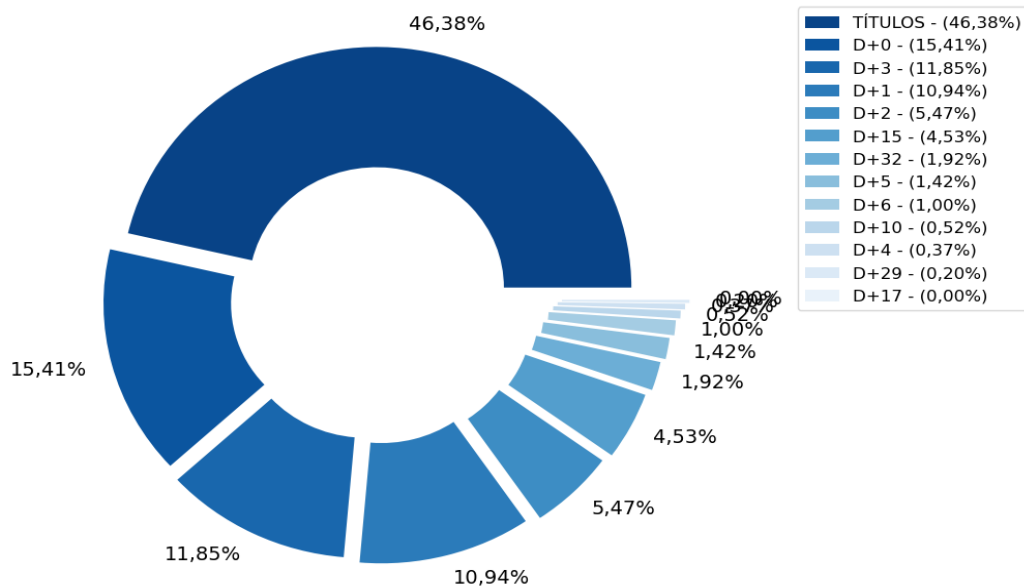


O CDI (12,16%) permaneceu como um dos principais índice de referência da carteira, evidenciando um posicionamento mais conservador. Outro grande destaque ficou com posição do IPC em fundos passivos que buscam replicar o desempenho e a carteira do índice IRF-M (13,54%), índice formado por títulos prefixados, com duração média de carteira em torno de três anos. Na renda variável, a exposição ao IBOVESPA (7,22%) sofreu redução, que pode ser explicada pelo próprio comportamento de queda do mercado durante o período, enquanto os benchmarks internacionais, como MSCI World (2,65%) e GLOBAL BDRX (4,79%), permaneceram estáveis dentro da carteira, mesmo com a forte valorização ocorrida durante o ano.





LIQUIDEZ



O gráfico acima demonstra a disponibilidade do recurso. A liquidez da carteira se manteve elevada, com 40,72% dos ativos disponíveis em D+0 e D+1, assegurando disponibilidade para movimentações imediatas. O percentual em ativos de maior prazo (D+32) aumentou para 1,92%, refletindo pequenas alocações em ativos com horizonte mais longo, mas sem comprometer a liquidez geral. Ademais, composição da carteira de títulos do IPC, que considerou as recomendações do estudo ALM, foi formada de maneira a alinhar o vencimento dos ativos com as necessidades atuariais do regime. Assim, mesmo posicionadas no longo prazo, as NTN-Bs em carteira não trazem risco de liquidez ao IPC





porque se vencerão em momentos que o regime necessitará de recursos para pagar obrigações.

A rentabilidade acumulada da carteira em 2024 foi de R\$ 45.871.698,67, equivalentes a 8,79%, ficando 1,32 pontos percentuais abaixo da meta atuarial de 10,11%. O desempenho foi influenciado principalmente pelo comportamento dos ativos de renda fixa, que representam 80,20% da carteira e tiveram uma performance variada ao longo do ano. Os títulos públicos, que compõem 46,25% do portfólio, foram afetados pelas oscilações da curva de juros, com impacto direto sobre os fundos atrelados ao IRF-M e ao IMA-B. Apesar da alta volatilidade nos primeiros meses do ano, o desempenho da renda fixa melhorou na segunda metade de 2024, acompanhando a estabilização das expectativas inflacionárias e o ajuste das taxas futuras. Entretanto, a queda do CDI no período impactou a rentabilidade de fundos referenciados no índice, refletindo-se na desaceleração dos ganhos nos últimos meses. A renda variável, que representa 6,27% da carteira, também contribuiu negativamente, com a performance do IBOVESPA abaixo das expectativas devido à realização de lucros em setores cíclicos e à maior aversão ao risco por parte dos investidores.

O conselheiro Menderson perguntou se diante dos resultados houve uma perda, considerando que não foi possível atingir o percentual previsto pelo cálculo atuarial. O conselheiro Jhawa que é também membro do comitê de investimentos do IPC explicou que não houve perda de rentabilidade, ocorreu que não foi alcançada a meta, acarretando um prejuízo no cálculo atuarial, pois





previu um rendimento de 10,11%. Matheus explicou que não houve prejuízo financeiro, pelo contrário, houve um ganho.

Finalizando a apresentação, Matheus informou que o IPC encerra o ano com patrimônio fortalecido e um planejamento sólido para o futuro, superando a média dos RPPS do Brasil. A transparência na gestão dos recursos, aliada ao monitoramento contínuo das condições de mercado, possibilita um alinhamento estratégico com as metas atuariais e regulatórias. Para os próximos períodos, a manutenção de uma política de investimentos bem estruturada e um acompanhamento próximo da conjuntura econômica serão fundamentais para garantir a sustentabilidade financeira e o cumprimento dos compromissos previdenciários.

Todos aprovaram.

O conselheiro Jhawa solicitou que fosse colocado em pauta para que a diretora presidente do IPC explicasse na próxima reunião para o conselho a respeito do atendimento que estava sendo realizado na sede do IPC em relação a perícia médica dos agentes comunitários de saúde contratados, visto que foi retirado do instituto este serviço. O conselheiro informou que soube no final do dia que aconteceria a perícia para servidores celetistas e não viu no diário a publicação de algum convênio ou contrapartida para essa despesa ao IPC.

Com as devidas considerações, a reunião terminou às 09:45h. Não havendo mais nada a tratar, eu, Kamila Délis da Silva, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.





· **Fechamento da reunião**

Data: 12/03/2025 às
09h45min.

Relator: Kamila Délis da Silva

Bianca dos Santos Rangel Olindino

Presidente do Conselho – em substituição

